

## ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DISPERSÃO URBANA: NOTAS DE PESQUISA PARA ESTUDOS ENTRE DINÂMICA DEMOGRÁFICA E URBANIZAÇÃO

*Populational ageing and urban sprawl: research notes for studies between demographic dynamics and urbanization*

Ricardo Ojima<sup>1</sup>

Victor Hugo Dias Diógenes<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo do trabalho é discutir a evolução do perfil dos arranjos domiciliares brasileiros considerando o número de moradores por domicílios para apontar as características tendenciais da dispersão urbana. Com isso, busca-se problematizar a divergência desse padrão com a tendência da dimensão demográfica em um futuro próximo. Portanto, espera-se evidenciar o fato de que esse modelo de expansão urbana não favorece a vida cotidiana de uma população mais idosa e cada vez mais representativa no país. Enfim, espera-se trazer elementos para uma agenda de pesquisas para entender a cidade e o envelhecimento populacional no futuro não muito distante.

**Palavras-chave:** Urbanização. Envelhecimento Populacional. Arranjos Domiciliares.

### ABSTRACT

The objective of this paper is discuss the evolution of Brazilian household arrangements profile considering the number of residents per household to point out the biased characteristics of urban sprawl. Thus, we seek to problematize the divergence of this pattern with the population trend in the near future. Therefore, it is expected to highlight the fact that this urban expansion model does not favor the everyday life of an older population and increasingly representative in the country. Anyway, it is expected to bring elements for a research agenda to understand the city and the aging population in a not so distant future.

**Keywords:** Urbanisation. Populational Ageing. Household Tipology.

1 Sociólogo e Doutor em Demografia. Programa de Pós-Graduação em Demografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ricardo.ojima@gmail.com.

✉ Av. Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Natal, RN. 59056-000.

2 Atuário e Mestre em Demografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

✉ Cidade Universitária, s/n, Castelo Branco III, João Pessoa, PB. 58051-085.



## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, sobretudo a partir da segunda metade, o Brasil passou por duas importantes transições. A primeira delas foi a transição urbana, quando a população brasileira rapidamente deixou de ser predominantemente rural e em pouco mais de 40 anos, atingiu níveis de urbanização equivalentes aos países europeus. Ao mesmo tempo, uma outra transição ocorreu de maneira menos evidente aos olhos do público geral: a transição demográfica. Menos mencionada ou reconhecida entre os estudos urbanos e regionais, essa transição é causa e consequência do modo como as cidades se conformaram no Brasil e é uma dimensão fundamental para entender a urbanização brasileira.

Esta característica da população tem implicações importantes, pois a redução no número de crianças e o envelhecimento relativo da população conduzem a um número médio menor de pessoas por domicílio. Enquanto em 1970 viviam em média 5 pessoas por domicílio, os dados do Censo Demográfico 2010 mostraram uma redução para cerca de 3 pessoas. O ritmo de crescimento da população arrefeceu consideravelmente nestes pouco mais de 40 anos, mas a expansão urbana e o número de domicílios não acompanharam o mesmo passo. Os domicílios hoje acomodam menos pessoas, com importante contribuição do envelhecimento populacional e da mudança no ciclo de vida das famílias e domicílios.

A fase do ciclo de vida domiciliar é um indicador útil para pensar o uso do espaço na cidade, pois as mudanças de comportamentos e interesses ocorrem enquanto os indivíduos envelhecem. Não estamos aqui nos referindo à população de idosos, ainda, mas de uma mudança importante no perfil etário do conjunto da população brasileira e, que em um momento posterior, passará a ser efetivamente de idosos.

Grande parte das mudanças ocorre em função de eventos marcantes no ciclo de constituição e dissolução de novos domicílios, assim como datas de casamento, nascimento de filhos, a dissolução do casamento, saída dos filhos do domicílio, entre outros (GILLY; ENIS, 1982).

O aumento da participação de pessoas que residem sozinhas e arranjos de domicílios com menos pessoas merece atenção, pois no futuro demográfico com pessoas idosas, essa urbanização dispersa e o aumento da mobilidade populacional trarão desafios muito maiores do que encontramos hoje. No Brasil essa situação já aponta para um debate premente, pois a proporção de pessoas que vivem sozinhas aumentou de 7% para 12% entre 1991 e 2010. Por outro lado, os domicílios têm ocupado mais espaço nas cidades, pois essa expansão urbana é fragmentada e de baixa densidade. O que chamamos, portanto, de dispersão urbana é um modelo de expansão urbana que tem características particulares.

O objetivo do trabalho é discutir a evolução do perfil dos arranjos domiciliares brasileiros considerando o número de moradores por domicílios para apontar as características tendenciais dessa dispersão urbana. Com isso, busca-se problematizar a divergência desse padrão com a tendência da dimensão demográfica em um futuro próximo. Portanto, espera-se evidenciar o fato de que esse modelo de expansão urbana não favorece a vida cotidiana de uma população mais idosa e cada vez mais representativa no país. Enfim, espera-se trazer elementos para uma agenda de pesquisas para entender a cidade e o envelhecimento populacional no futuro não muito distante.

## TENDÊNCIAS DOS ARRANJOS DOMICILIARES E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A transição demográfica é um fenômeno generalizado em quase todos os países do mundo. No entanto, apesar do comportamento

Envelhecimento populacional e dispersão urbana: notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização  
Ricardo Ojima, Victor Hugo Dias Diógenes

geral da transição ter sido igual em todos os países que a vivenciaram, pode-se identificar diferenciais no ritmo dessa transição. Ou seja, o momento do início da transição, bem como a velocidade das quedas da fecundidade e mortalidade, o que levou a alguns países, principalmente os europeus, a uma transição longa e demorada e outros, como o Brasil, de curtíssima duração. Patarra (1973) afirma que a transição demográfica teria sido uma espécie de contrapartida da população para os processos de industrialização e urbanização da época. Ou seja, a Teoria da Transição Demográfica atribui determinante papel aos processos de industrialização e urbanização para as mudanças nos regimes demográficos observados.

Pertinente destacar que a transição demográfica também contribuiu para contradizer os postulados de Malthus. Na visão malthusiana, o desenvolvimento econômico estimularia a natalidade, pois o aumento na demanda por trabalho incentivaria o casamento e a constituição de família. Porém, o observado foi uma relação inversa entre a industrialização e modernização com os nascimentos. A revolução industrial elevou o padrão de vida da população, no entanto, promoveu uma limitação na fecundidade. Silva (2008) ressalta que a queda gradual observada na fecundidade foi uma resposta aos fortes estímulos da modernização.

O “modelo de família burguesa” subjacente ao início da transição demográfica foi dando lugar a um “modelo familiar individualista”. Essa mudança importante na atitude das famílias interfere de modo preponderante sobre todo o processo de formação da família, incluindo a dissolução de

uniões (LESTHAEGHE, 2010). Favoreceu-se o crescimento de novos e diversos arranjos familiares/domiciliares. Silva (2008) afirma que como os indivíduos se consideraram “libertos” da família como instituição basilar da sociedade, eles descobriram novas e fluidas formas de coabitação e associação pessoal.

Mas a consequência mais marcante da dessa transição demográfica é a mudança na estrutura etária da população e no Brasil não foi diferente. Tão rápido quanto o período de transição será o processo de envelhecimento (relativo e absoluto) da população. Ou seja, observa-se uma rápida redução da importância relativa das crianças na estrutura por idade da população, como se pode ver nas pirâmides etárias sobrepostas da Figura 1. Vemos hoje um contexto no qual a maior parte da população brasileira está concentrada em idades adultas, refletindo nos padrões de consumo de maneira expressiva. Famílias pequenas e jovens vivendo em um contexto de muita independência.

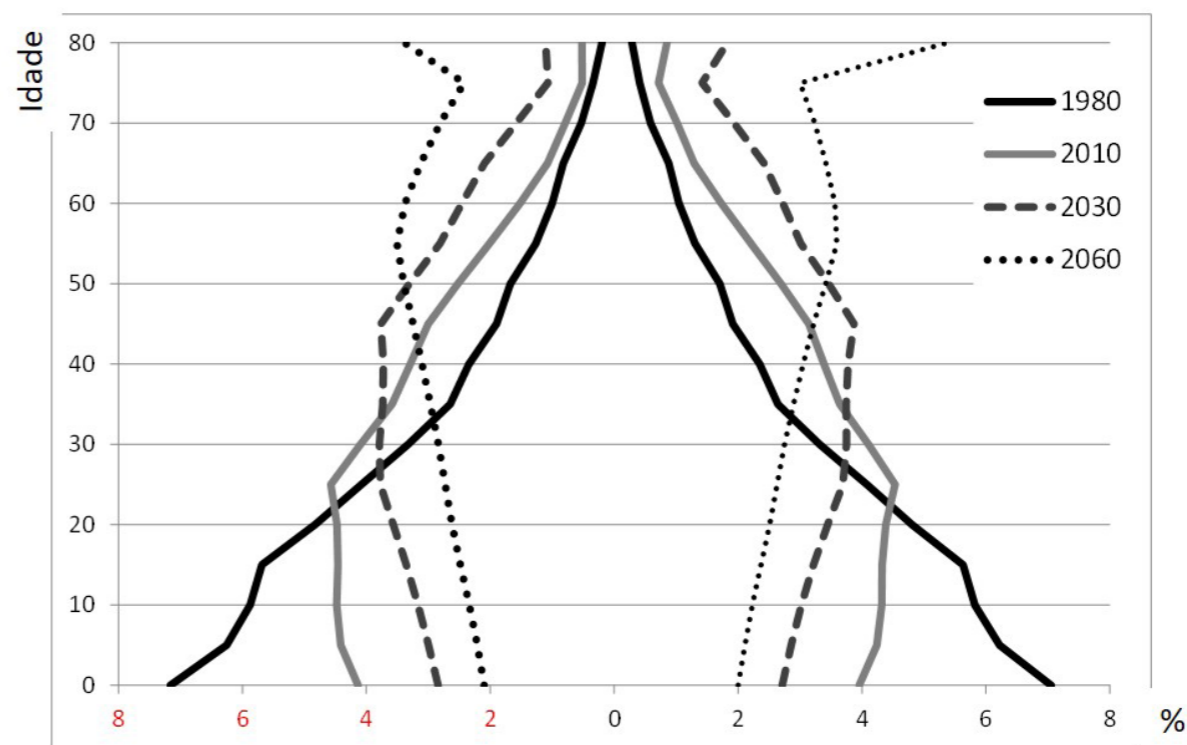


Figura 1: Estrutura etária do Brasil – 1980, 2010, 2030 e 2060\*.

Fonte: IBGE - Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060

\* Projeções para os anos de 2030 e 2060.

Observando-se as projeções da distribuição da população brasileira por grupos de idade, podemos perceber que em menos de 100 anos, teremos praticamente invertido o padrão tradicional da pirâmide etária. Se antes a base da pirâmide era larga, com muitas crianças e poucos idosos, em algumas décadas teremos uma base bem estreita e a maior parte da população concentrada nas idades mais avançadas. Assim, por um lado, temos a contribuição da redução dos nascimentos e, por outro, o aumento da longevidade impactando em um novo desenho da estrutura etária da população.

Mas essa mudança da estrutura etária é percebida também no envelhecimento das famílias e/ou dos domicílios. Ou seja, as famílias estão ocupando outro estágio em seu ciclo de vida, onde a idade média do chefe do domicílio aumentou de 43,2 anos em 1991 para 45,6, em 2010 (OJIMA; DIÓGENES; SILVA; 2014). Se há pouco tempo era comum um domicílio composto por famílias nucleares (casal com filhos) com pais jovens e três ou quatro filhos, há um direcionamento para arranjos familiares de pais mais velhos com poucos filhos também mais velhos, ou seja, constituindo um arranjo mais envelhecido.

Esse envelhecimento das famílias está associado a um fenômeno mais amplo que é processo de reconfiguração dos domicílios e dos arranjos familiares observados no Brasil. Esse processo está relacionado com as motivações da Segunda Transição Demográfica (STD): diversificação dos arranjos domiciliares, diminuição do número de moradores por domicílio e crescimento acelerado do número de domicílios. Há uma tendência para arranjos familiares mais heterogêneos e uma homogeneidade quanto à composição e tamanho dos domicílios. Há ainda uma predominância do casal com filhos, mas se observa redução na sua importância relativa e aumento de famílias monoparentais principalmente chefiadas por mulher; casais sem filhos e arranjos unipessoais (MEDEIROS; OSÓRIO, 2000).

Arriagada (2007), em um estudo para a América Latina, confirma a diversificação dos arranjos familiares, apresentando algumas tendências: redução da família tradicional, ascensão de novos arranjos familiares, crescimento de arranjos unipessoais e de casais sem filhos. Alves e Barros (2012), com base nos dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), mostraram as mudanças das participações relativas dos arranjos familiares, como pode ser vista na Tabela 1. Nela verifica-se a diminuição da família constituída por casal com filhos, que era de quase 60% em 1996 e em 2011 passou a ser menos da metade. Ao contrário, todos os outros arranjos aumentaram a sua participação.

Tabela 1: Participação (em %) dos tipos de arranjos domiciliares no Brasil – 1996, 2006 e 2011

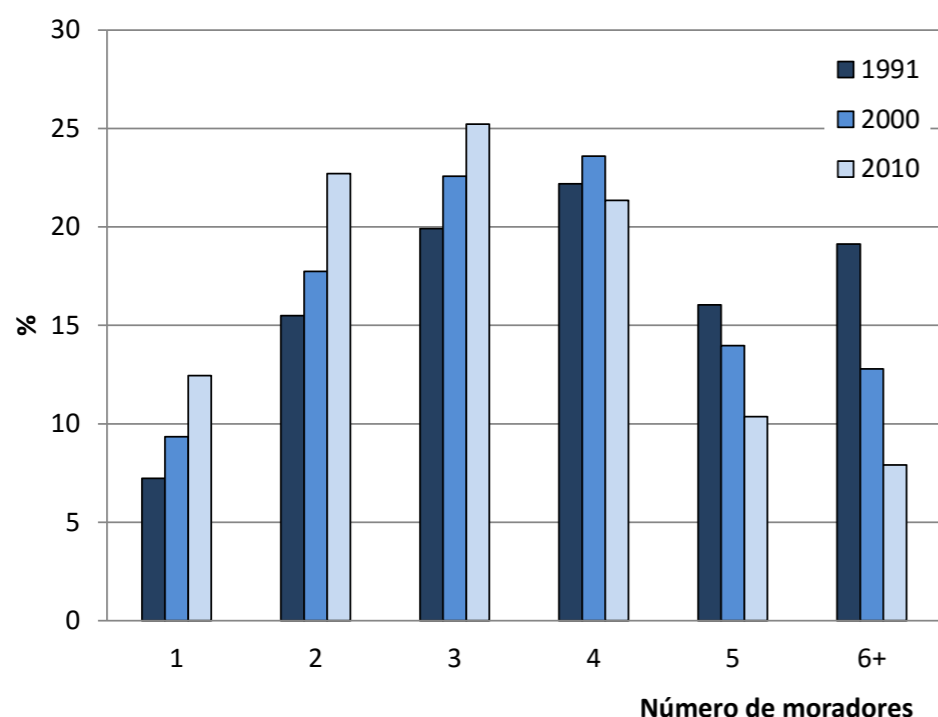
<b>Arranjo domiciliar</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
<b>Casal com filhos</b>	59,6	51,6	48,5
<b>Casal sem filhos</b>	13,1	15,8	17,4
<b>Monoparentais</b>	15	17,1	16,8
<b>Unipessoais</b>	8,2	11,1	12,8
<b>Outros</b>	4,1	4,4	4,5

Fonte: Adaptado de Alves e Barros (2012), com base nos dados das PNAD de 1996, 2006 e 2011 do IBGE.

Vários estudos buscam estudar estes arranjos específicos em ascensão: domicílios unipessoais (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988); casais de dupla renda e sem filhos – DINK (BARROS; ALVES; CAVENAGHI, 2008); idosos que moram sozinhos (CAMARGOS; RODRIGUES; MACHADO, 2011). Deve ser tendência uma maior atenção dos pesquisadores para esses novos e proeminentes arranjos familiares, por justamente estarem representando uma parcela cada vez maior da população brasileira. Como já afirmado, essas mudanças



nas composições dos domicílios é uma consequência posterior da manutenção da fecundidade em baixos níveis. Assim, levando-se em consideração que é um processo consequente e tardio da transição demográfica, bem como os efeitos inerciais das mudanças demográficas, é muito provável que essa tendência continue e, talvez, se acentue.



**Figura 2:** Participação (em %) do número de moradores por domicílios, Brasil - 1991 a 2010  
**Fonte:** IBGE, Censos Demográficos 1991 a 2010

A Figura 2 deixa claro como evoluiu a participação dos domicílios segundo o número de moradores. Enquanto cresceu a proporção de domicílios com até três moradores, diminuiu drasticamente aqueles com mais moradores. **Em 1991 os domicílios com mais de seis moradores representavam quase 20% dos domicílios brasileiros,**

**mas em 2010 eram menos de 8%.** Em média eram 5,3 moradores por domicílio em 1970, passando para 4,2 em 1991, e chegando a 3,3 moradores em 2010. Parte da explicação para essa diminuição de moradores por domicílio, além da própria diminuição da quantidade de crianças, pode ser o aumento do número de domicílios.

Assim, enquanto que a população cresceu em média 1,77% ao ano entre 1980 e 2010, o número de domicílios mostra outro padrão de crescimento, com incremento médio anual em torno de 3% no mesmo período. Assim, a população que dobrou entre 1970 e 2010, hoje reside em um número de domicílios que mais que triplicou neste mesmo período. Ou seja, o crescimento dos domicílios é maior do que a própria população. Portanto, esse processo de “mais domicílio e menos pessoa por domicílio” está fortemente associado aos elementos demográficos aqui explorados.

### PADRÕES E PERFIL DO CONSUMO DO URBANO: PERI-URBANIZAÇÃO?<sup>3</sup>

Um dos elementos marcantes do que temos hoje no processo de dispersão urbana é o uso intensivo do transporte individual. Assim, conforme as formas de urbanização se tornam mais dispersas no espaço, maior a dependência por modais de transporte individual (OJIMA, 2007; OJIMA; MARANDOLA JR, 2016). Um argumento demográfico que poucas vezes é levado em consideração é o fato de que há um efeito etário que ao mesmo tempo em que favorece a dispersão, também viabiliza uma maior autonomia de mobilidade. Ou seja, uma população com menor participação de crianças tende a

<sup>3</sup> Parte da discussão deste item está contida no trabalho originalmente apresentado no IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008.

ter também maiores proporções de pessoas em movimento (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012; MARTINE; OJIMA; FIOVARAVANTE, 2012).

Assim, o debate se divide em duas linhas de argumentação: alguns se atêm aos valores sociais e individuais e outros se pautam pelo planejamento urbano e as decisões políticas tomadas em uma escala macro. Uma das linhas de argumentação na defesa de cidades mais compactas é aquela que discute os impactos negativos da dispersão urbana. Grosso modo, trata-se de um padrão de ocupação urbano que preconiza cada vez mais assentamentos de baixa densidade demográfica. Algumas abordagens entendem este processo como um movimento de contra-urbanização, em direção a modelos de urbanização mais próximos da natureza, atribuindo-se as mazelas da sociedade moderna ao modelo de urbanização denso e compacto experimentado nas principais cidades do mundo (OJIMA; HOGAN, 2008).

Segundo Dagger (2003), a dispersão urbana seria resultado das escolhas individuais. Assim, se a demanda é por viver em áreas relativamente próximas aos centros urbanos, mas com viabilidade de mobilidade garantida, é natural que a dispersão ocorra, mesmo que coletivamente esse padrão possa não ser adequado. Em termos dos custos sociais, alguns defensores da urbanização dispersa destacam que ao expandir os núcleos residenciais para as fronteiras do perímetro urbano, normalmente desconectados da malha urbanizada central, o custo das habitações tende a ser inicialmente reduzido, produzindo efeitos positivos na medida em que amplia o acesso de uma parcela da população a condições de moradia de “melhor qualidade”. O destaque negativo é que essa fragmentação cria “vazios urbanos” e amplia as demandas por serviços públicos, empurrando para mais longe a extensão de linhas de transmissão, rede de água e esgoto, sistema viário, escolas, segurança pública etc.

Entretanto, quando se pensam nas vantagens dessa fragmentação, aponta-se para o fato de que essa expansão, que demanda a ampliação da área de influência de serviços a serem oferecidos, não é em vão. Pois sempre surgem oportunidades de ocupar esses “vazios urbanos” pelo setor de serviços e de comércio que, muitas vezes, relutariam em se alocar em áreas periféricas da cidade. Assim, a dispersão urbana traria efeitos positivos em termos da ocupação territorial urbana na medida em que aqueceria o mercado imobiliário e potencializaria a polinucleação de atividades comerciais em uma região.

De modo geral, os pontos positivos em relação à dispersão urbana estão associados aos valores individuais, sobretudo pela abordagem da minimização da interferência do poder público nas decisões que deveriam ser dadas pela livre escolha individual. Haveria, portanto, aumento de receitas e de indicadores sociais e econômicos. Fora o fato de que seria este o padrão de habitação desejado pela maior parte da população. Entretanto, por essas mesmas razões, particularmente no caso brasileiro, a valorização da terra em áreas afastadas dos centros urbanos agrava os conflitos sociais já existentes nas principais metrópoles. Isso porque se em um momento a população de baixa renda se viu pressionada a residir em áreas distantes dos centros urbanos na busca de áreas de subvalorização imobiliária, com a elevação do custo da terra nessas áreas antes “reservadas” para a população de baixa renda, agravam-se as clivagens sociais e criam-se novos conflitos.

Em relação ao planejamento urbano, a defesa pela cidade dispersa acaba ainda trazendo um efeito colateral não esperado, pois com a retirada do poder público da esfera de regulação e decisão do uso do solo, esta passa a ser regida pelas forças de mercado. E essas irão buscar atender os interesses individuais oferecendo como opção o padrão de consumo do espaço urbano da sociedade contemporânea.

Mais recentemente, novas fronteiras para o conhecimento do processo de urbanização têm colocado em xeque os consensos consolidados ao longo das últimas décadas. Os processos sociais e de estruturação do modo de vida parecem se reproduzir por todas as localidades do mundo em um mimetismo nunca antes imaginado. As cidades, que antes expressavam os signos de uma civilização em termos de padrões culturais e de modos de vida, hoje procuram reproduzir cenários de forma a reduzir a sensação de insegurança e medo.

Assim, o termo peri-urbanização surge para explicitar algumas mudanças estruturais nos arranjos produtivos e locais dentro do espaço urbano de algumas regiões do mundo. De certa forma, mais próximo à abordagem da ecologia humana, o termo peri-urbanização se refere à expansão da mancha urbana em direção às suas periferias, mas de uma forma muito diferente do complexo conceito de periferização da população utilizado pela literatura brasileira, sobretudo, a partir da década de 1970.

Esse “tipo” de urbanização é normalmente associado ao processo de rápido crescimento urbano. McGregor, Simon e Thompson (2006) reúnem um conjunto de estudos de caso em busca de convergências do processo de urbanização contemporânea, entretanto, reconhecem uma predominância de trabalhos focados na África e Sul Asiático. Poucas pesquisas que se valem do conceito de peri-urbanização remetem aos casos latino-americanos. E talvez essa tendência esteja associada a processos históricos ou a fatores ligados às trajetórias de correntes de pensamento (o que parece ser mais provável).

As áreas peri-urbanas são aquelas que têm experimentado as mais drásticas mudanças no que se refere às suas características formais e, dessa forma, estariam sujeitas a forças sociais, econômicas e políticas muito mais incertas. Por essa razão, são áreas particularmente

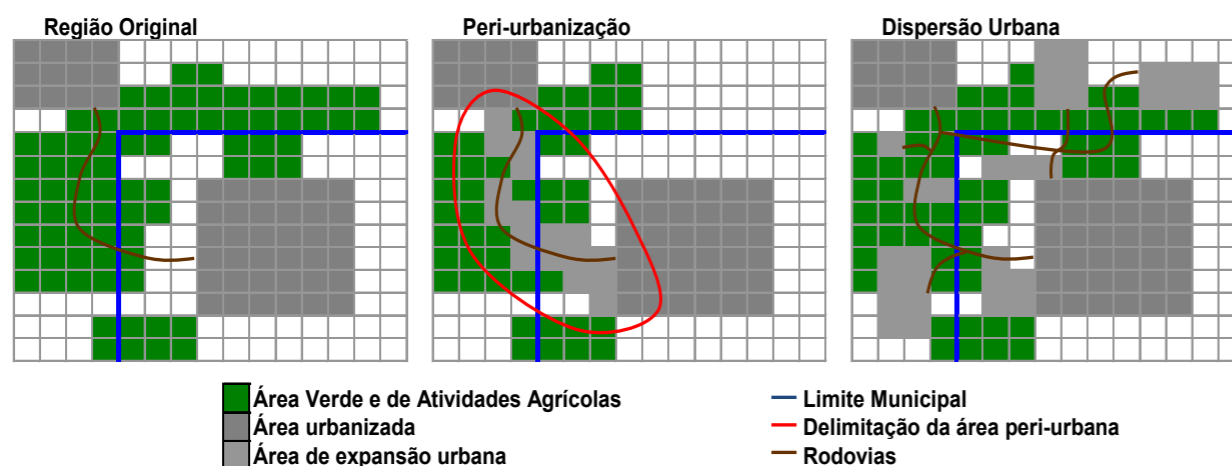
vulneráveis e devem ser analisadas com cautela, principalmente no que se refere à definição de políticas públicas adequadas a este conjunto de transformações.

Sob uma perspectiva institucional, essas tensões são particularmente complexas, devido à sobreposição ou omissão de responsabilidades do poder público. Isso se deve, entre outras coisas, pelo fato de que as áreas peri-urbanas estarem quase sempre entre duas jurisdições distintas (duas municipalidades distintas) e o planejamento regional nem sempre dá conta de interesses intermunicipais, sobretudo na oferta de serviços públicos de saúde e educação.

Este problema é particularmente grave quando se observam os movimentos populacionais que podem ocorrer entre estas distintas municipalidades, pois no dia-a-dia dessa população, as fronteiras administrativas fazem pouco ou nenhum sentido. O planejamento regional deve levar em conta, então, o fato de que regiões e não mais localidades respondem às necessidades da vida social. Sobretudo pelo avanço e disseminação dos meios e vias de transporte individual. Assim, nos contextos socioespaciais de reorganização da estrutura urbana, emergem consequências que, a princípio, aparentam oportunidades, mas que indiretamente colocam em evidência novos desafios a serem enfrentados.

A Figura 3 apresenta uma situação hipotética onde são ilustrados dois processos distintos. No primeiro diagrama, está a região original, assim entendemos a peri-urbanização como um processo que estaria vinculado à expansão urbana com tendências de conurbação entre duas áreas urbanas próximas em razão da conectividade entre estas duas áreas. No terceiro diagrama, haveria uma situação distinta, onde se promove um desenvolvimento urbano com tendência de dispersão urbana. Onde o processo de expansão urbana segue uma dinâmica mais fragmentada e pulverizada.

Envelhecimento populacional e dispersão urbana: notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização  
Ricardo Ojima, Victor Hugo Dias Diógenes



**Figura 3:** Diagrama do processo de Peri-urbanização e de Dispersão Urbana para uma região hipotética em fronteira intermunicipal.

**Fonte:** Elaboração própria.

Na dispersão urbana, então, nem sempre há uma polarização ou a tendência de conurbação entre as duas áreas urbanas próximas. Diferentemente do que tradicionalmente ocorria no processo de expansão urbano brasileiro, destaca-se o fato de uma maior demanda pela mobilidade neste terceiro caso, uma vez que é o processo de urbanização que pressiona a expansão da malha viária. Diferentemente do caso anterior onde a expansão se favorece da existência prévia da malha viária para se desenvolver.

Claro que são processos muito mais complexos que se desenvolvem em escala real, mas servem para ilustrar o esquema analítico de orientar a consolidação das duas abordagens. Assim, pelo menos intuitivamente, maiores densidades populacionais tendem a ser um fator positivo na otimização de uso de serviços e na alocação de infra-estrutura. Mas como essa situação se relaciona com mudanças demográficas em curso? Por um lado, os centros urbanos monocêntricos densos apresentam aspectos desfavoráveis em escala local, como, por exemplo, a concentração da poluição atmosférica devido à concentração de veículos automotores, a formação de ilhas de calor, ou poucas áreas verdes (parques, praças e outras amenidades ambientais), congestionamentos.

Por outro lado, talvez seja essa a busca das camadas da população de média e alta renda se concentrando cada vez mais em áreas mais distantes dos antigos centros consolidados, em nome de “melhor qualidade de vida”. Entretanto, o que não está posto é que há uma relação importante entre a mobilidade dada pelo fato de termos uma população mais concentrada em idades adultas jovens e, portanto, mais favorável aos deslocamentos. Assim, a urbanização dispersa atende também os interesses e condições que uma população com essas características. Mas diante do processo de envelhecimento progressivo e inexorável, como pensar a vida cotidiana de idosos em áreas dispersas e futuramente em domicílios com menos moradores ainda?

## ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o momento demográfico atual do Brasil favorece que as pessoas tenham mobilidade maior (MARTINE, OJIMA, FIORAVANTE, 2012) ela tende a diminuir novamente conforme ela envelhece. Assim, o processo de urbanização dispersa em curso hoje parece ser um desafio ainda não considerado. Como vimos, há uma tendência progressiva de reduzir o número médio de pessoas por domicílios e, além disso, há uma forte associação entre o envelhecimento populacional e o aumento de domicílios unipessoais. Ou seja, como parte das fases do ciclo de vida das famílias com poucos



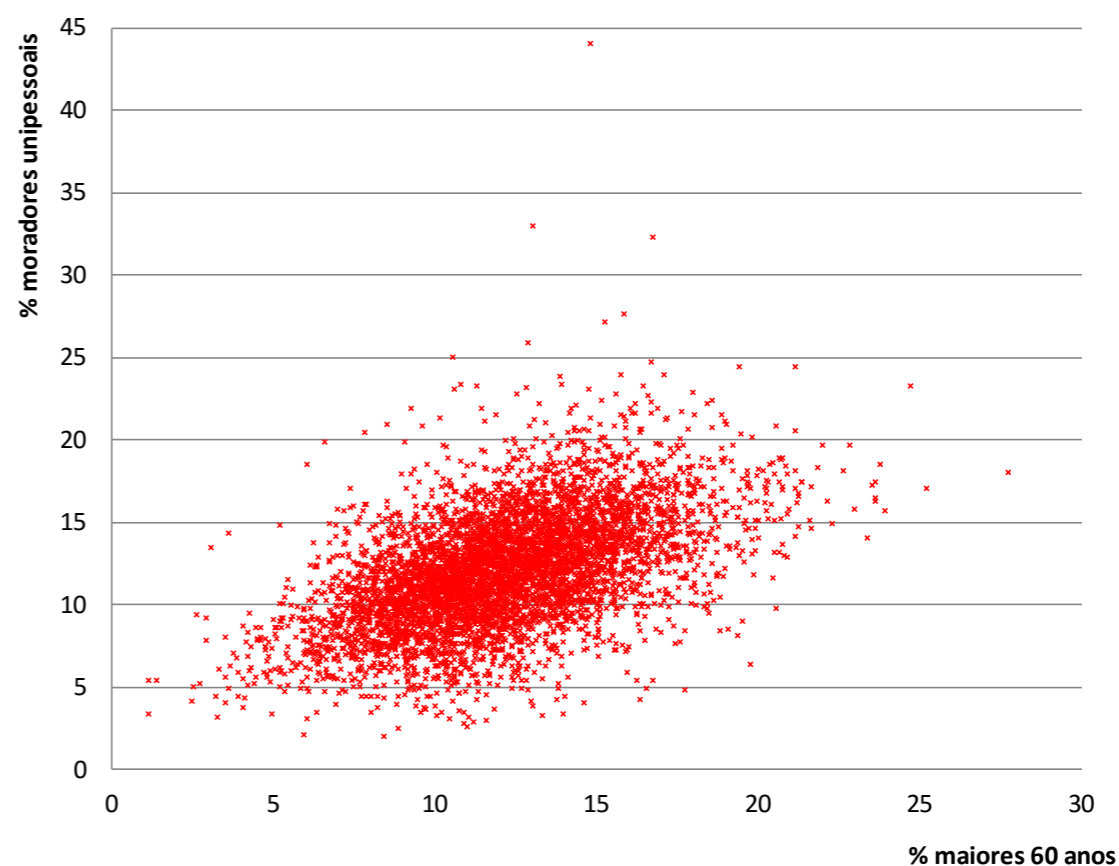
Envelhecimento populacional e dispersão urbana: notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização  
Ricardo Ojima, Victor Hugo Dias Diógenes

filhos, há uma tendência aos idosos permanecerem vivendo cada vez mais sós.

Se essas camadas médias da população estão em fuga para constituir uma vida em áreas urbanas fragmentadas e dispersas dentro do tecido urbano contemporâneo, contando com a mobilidade automotiva individual para desenvolver suas atividades cotidianas, como será o futuro quando esses moradores de domicílios em regiões peri-urbanas passarem a viver em domicílios com menos moradores e, eventualmente, sós?

É importante ressaltar que os domicílios unipessoais que representavam 13% dos tipos de arranjos domiciliares em 2011 eram compostos, em grande parcela, por pessoas com mais de 60 anos de idade e, particularmente, por mulheres. A Figura 4 ilustra essa relação positivamente crescente na qual podemos perceber que quanto maior a proporção de idosos de um município, também maior é a proporção de domicílios unipessoais. Assim, o planejamento das cidades deveria incorporar o envelhecimento da população fomentando uma urbanização inclusiva desde já e regulando o crescimento deste modelo de urbanização disperso. Esse modelo não será capaz de atender as necessidades de mobilidade e de oferta de serviços de saúde de uma população idosa que ocorrerá dentro de alguns anos.

Na década de 1950, uma pessoa de 60 anos tinha uma expectativa de vida de mais 15 anos, ou seja, esperava-se que viveria até os 75 anos. Em 2013, esse tempo médio a ser vivido por uma pessoa que tinha vivido até os 60 anos passou a ser cerca de 20 anos para os homens e 23 anos para as mulheres, portanto, 80 e 83 anos, respectivamente. Entretanto, se por um lado a população brasileira está vivendo mais tempo, por outro,



**Figura 4:** Proporção de domicílios unipessoais versus proporção de pessoas com mais de 60 anos nos municípios brasileiros, 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

nem sempre isso se reflete em uma vida sem limitações de mobilidade ou incapacidade funcional (CARMARGOS, GONZAGA, 2015).

Nesse sentido, seria muito possível que em alguns anos haverá um resgate das áreas centrais devido ao processo de envelhecimento populacional e as cidades serão pressionadas por uma população de idosos em busca de maior facilidade de mobilidade e maior acesso aos serviços de saúde e cuidados domésticos cotidianos. A vida em contextos de urbanização dispersa colocaria essa população de idosos numa situação de maior vulnerabilidade social e com sérios custos adicionais para manter

Envelhecimento populacional e dispersão urbana: notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização  
Ricardo Ojima, Victor Hugo Dias Diógenes

suas atividades cotidianas. Seria necessário aprofundar estudos que considerem a dinâmica populacional para analisar processos que já se encontram em estágio avançado de transição, pois rapidamente se tornará um fenômeno social com importante impacto.

Nesse sentido, a urbanização dispersa parece ter seus dias contados. Mas como compensaremos os elevados investimentos individuais e coletivos que estamos fazendo hoje para fomentar esse modelo de urbanização? Enfim, são diversas questões que se colocam dentro das linhas provocativas deste texto. Espera-se ter jogado luz sobre algumas ideias para fomentar uma agenda de pesquisa para pensar o processo de urbanização contemporâneo e as projeções para uma população idosa e com baixas taxas de crescimento no futuro. ☉

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W. **As famílias DINC no Brasil e em São Paulo**. Aparte, IE/UFRJ, 2012. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/aparte/> >.
- ARRIAGADA, I. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, I. (Org.). **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.
- BARROS, L.F.W.; ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **Anais...** Caxambu-MG, 2008.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, v. 1, 1988
- CAMARGOS, M.C.S.; GONZAGA, M.R. Viver mais e melhor? Estimativas de expectativa de vida saudável para a população brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, p. 1460-1472, jul. 2015. Disponível em <<http://ref.scielo.org/t3g824>>. Acesso em: 26 maio 2016.
- CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R. N.; MACHADO, C. J. Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2011.
- DAGGER, R. Stopping sprawl for the good of all: the case for civic environmentalism. **Journal of Social Philosophy**. v. 34, n. 1, p.28-43. 2003.
- GILLY, M. C.; ENIS, B. M. Recycling the Family Life Cycle: a Proposal For Redefinition. In: MITCHELL, A.; ABOR, A. **Advances in Consumer Research**. Association for Consumer Research. v. 09, p.271-276, 1982.
- LESTHAEGHE, R. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **Population and Development Review**. v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.
- MARTINE, G.; OJIMA, R.; FIORAVANTE, E.F. Transporte individual, dinâmica demográfica e meio ambiente. In: Martine, G.; Ojima, R.; Barbieri, A.F.; Carmo, R.L. (Org.). **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. 1ed. Campinas: ABEP, 2012, v. 1, p. 175-186.
- MCGREGOR, D.; SIMON, D. THOMPSON, D. **The Peri-urban Interface: Approaches to sustainable natural and human resource use**. Londres: Earthscan, 2006, 336p.
- MEDEIROS, M.; OSORIO, R. Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, v.17, n.1/2, 2000.
- OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP. v.24, n.2, p.277-300, jul/dez, 2007.
- OJIMA, R.; DIOGENES, V. H. D.; SILVA, B. L. Dynamique démographique et politiques sociales au Brésil. Dilemmes et défis politiques du 'bonus démographique'. **Problèmes d'Amérique Latine**, v. 93, p. 31-53, 2014.

Envelhecimento populacional e dispersão urbana: notas de pesquisa para estudos entre dinâmica demográfica e urbanização  
Ricardo Ojima, Victor Hugo Dias Diógenes

OJIMA, R.; HOGAN, D.J. Crescimento Urbano e Peri-Urbanização: Redistribuição Espacial da População em Novas Fronteiras da Mudança Ambiental. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. **Anais...** Campinas: ANPPAS, 2008.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 14, p. 103-116, 2012.

OJIMA, RICARDO; MARANDOLA JR., Eduardo. **Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016.

PATARRA, N. L. Transición Demográfica: Resumen Histórico o Teoría de Población. **Demografía y Economía**. v.3(1), 1973.

SILVA, H. Aspectos demográficos associados à geração de resíduos domiciliares no município de Belo Horizonte, 2002. **Dissertação de Mestrado**. UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte/MG, 2008.

Submetido em Março de 2017.

Revisado em Setembro de 2017.

Aceito em Novembro de 2017.